



E-book

LEI DO BEM



Neste e-book
você encontrará:

O que é a Lei do Bem?

Quem pode participar da Lei do Bem?

os principais benefícios Da Lei do Bem

Benefícios da Lei do Bem

Dispêndios Beneficiáveis

Processo Passo a Passo: dedução fiscal
na prática

Erros comuns e penalidades

Jornada do cliente Lei do Bem

Bem-vindo ao nosso eBook: "Guia da Lei do Bem: Maximizando Inovação e Economia Fiscal".

Neste guia, vamos explorar de forma prática a Lei do Bem, uma ferramenta importante para empresas que buscam inovação atrelada à eficiência fiscal. Com uma linguagem simples, ofereceremos uma visão dos benefícios dessa legislação, como aplicá-la e como sua empresa pode tirar proveito dela. Vamos juntos explorar o caminho da inovação e esse mecanismo potente!

O QUE É?

A Lei do Bem, Lei nº 11.196/2005, foi criada para estimular a inovação tecnológica e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas empresas brasileiras.



Benefícios Fiscais:

Benefícios fiscais, permitindo a dedução de parte dos gastos em P&D do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).



Estímulo de Colaboração:

Fomenta parcerias entre empresas e instituições de pesquisa, promovendo a colaboração e a troca de conhecimento no ambiente empresarial.



Crescimento Econômico:

Importante mecanismo para crescimento econômico do país, incentivando a criação de produtos, processos e serviços inovadores.



Aumento da Produtividade:

Contribui para o aumento da produtividade das empresas, impulsionando a competitividade no mercado.



Geração de Empregos Qualificados:

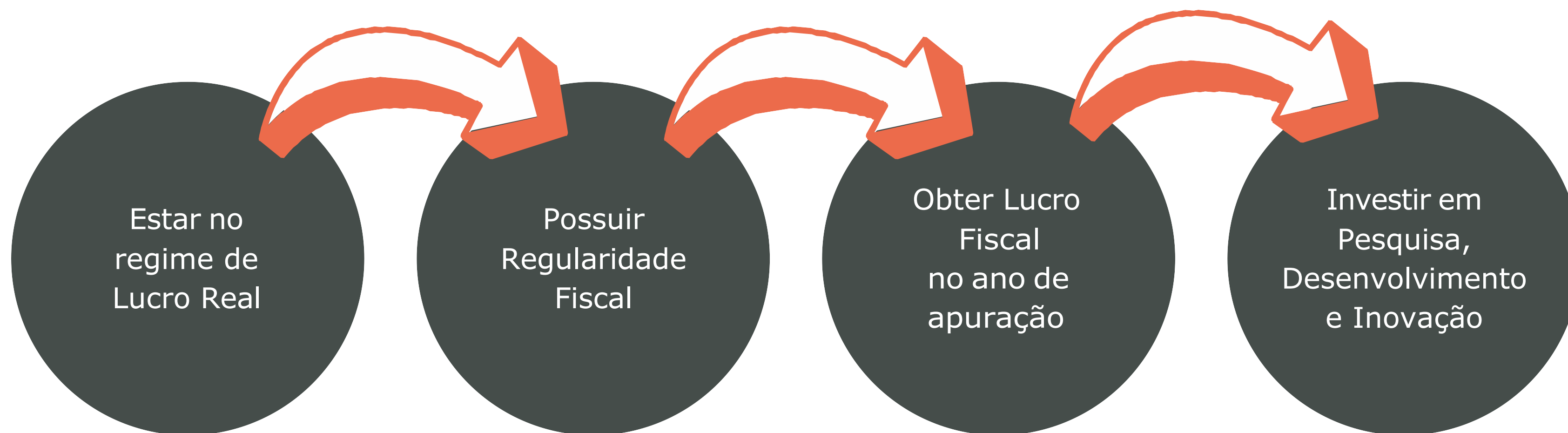
Estimula a geração de empregos qualificados, fortalecendo o mercado de trabalho com profissionais mestres e doutores especializados em inovação e tecnologia.



Fortalecimento do Ecossistema de Inovação:

Representa um passo significativo no fortalecimento do ecossistema de inovação no Brasil, criando um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico.

Quem Pode Participar da Lei do Bem?



OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM

Dedução do valor investido

Dedução do valor investido em PD&I que pode chegar até 34% no IRPJ ou CSLL.

REDUÇÃO DO IPI

Redução de 50% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados nas atividades de P&D da empresa.

DEPRECIACÃO ACELERADA

A empresa poderá usufruir de depreciação acelerada integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL

AMORTIZAÇÃO ACELERADA

A empresa poderá usufruir de amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período de apuração em que forem efetuados, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica

REDUÇÃO IR RETIDO NA FONTE

O benefício da redução do IR retido na fonte, a alíquota é reduzida a 0 (zero) para remessas destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

Benefícios da Lei do Bem

Redução de Impostos

Benefícios fiscais, permitindo a dedução de parte dos gastos em P&D do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

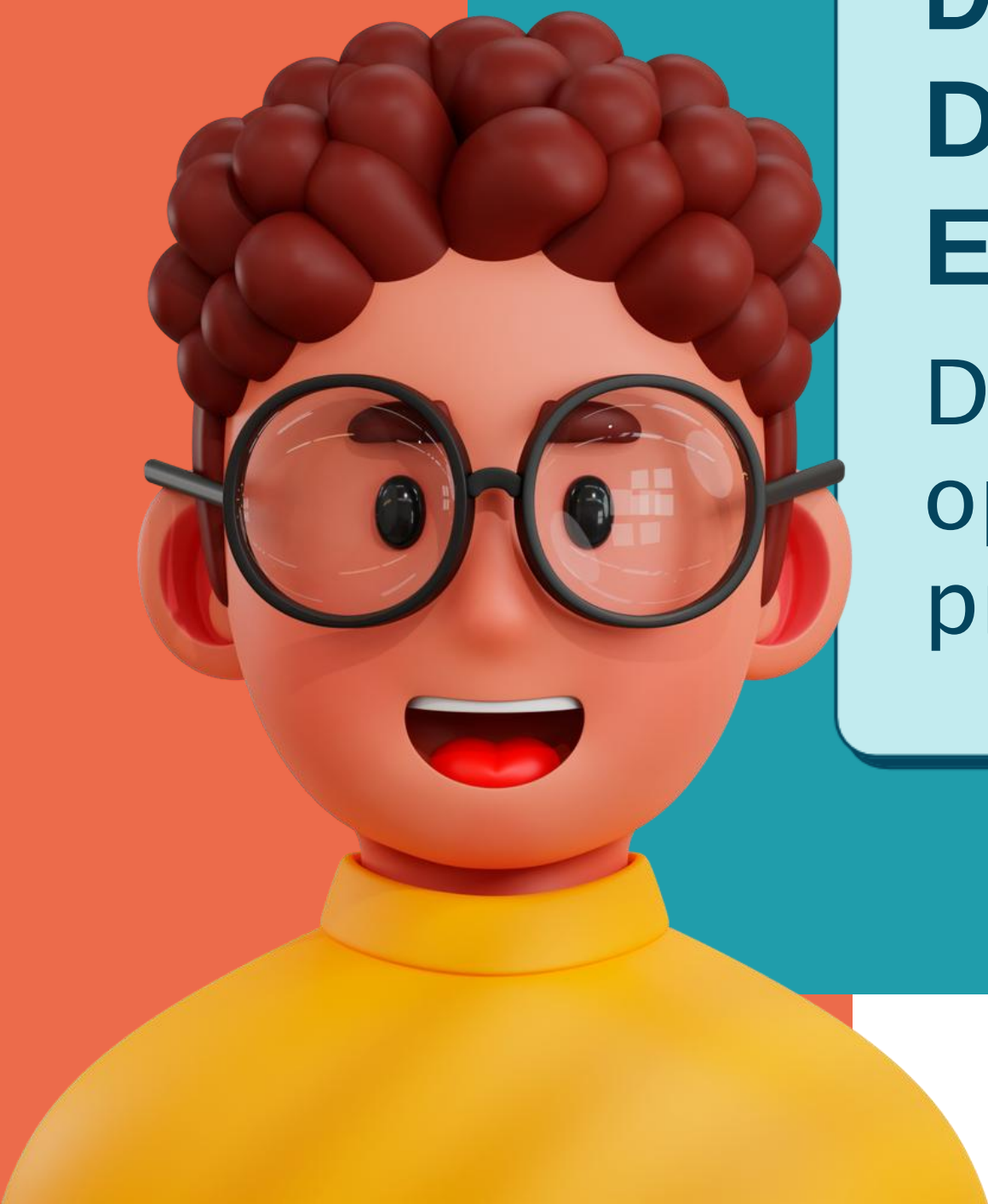
Além de reduzir a carga tributária, a Lei do Bem possibilita benefícios financeiros diretos. As empresas podem utilizar os valores da remissão para investimentos em mais projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Benefícios Financeiros

Benefício à inovação

Os benefícios das remissões fiscais da Lei do Bem podem ser combinados a outros mecanismos de fomentos como a contrapartida em recursos de subvenção econômica via edital ou unidade EMBRAPPII





DESPESAS DE PD&I ENQUADRÁVEIS

Despesas ou custos operacionais em projetos de P,D&I

Salários



Fornecedores nacionais
Universidades, ICTs, ME e EPP

Terceirização de mão de obra

Insumos nacionais



**Materiais de
consumo**



Viagens



**Serviços de
apoio técnico**



**Contratação de serviços de
PD&I (ME, EPP, universidade,
IP e inventor independente)**

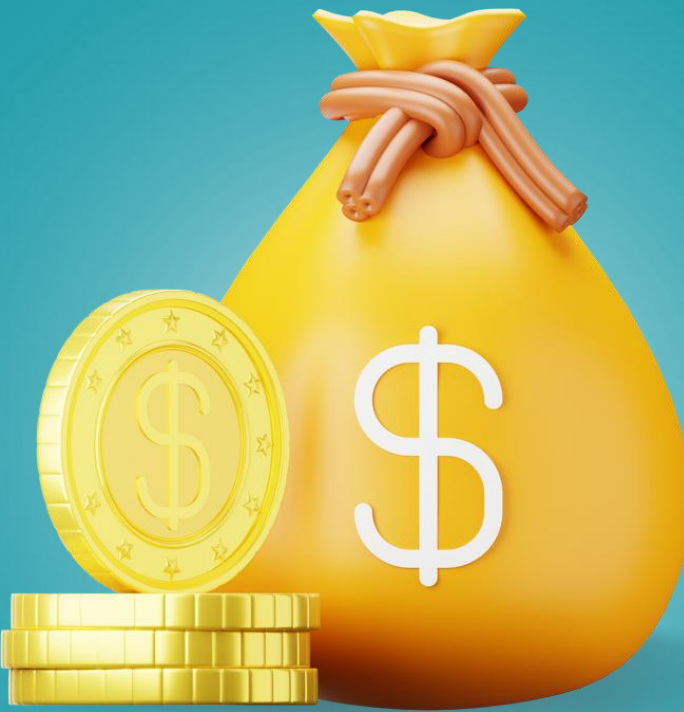


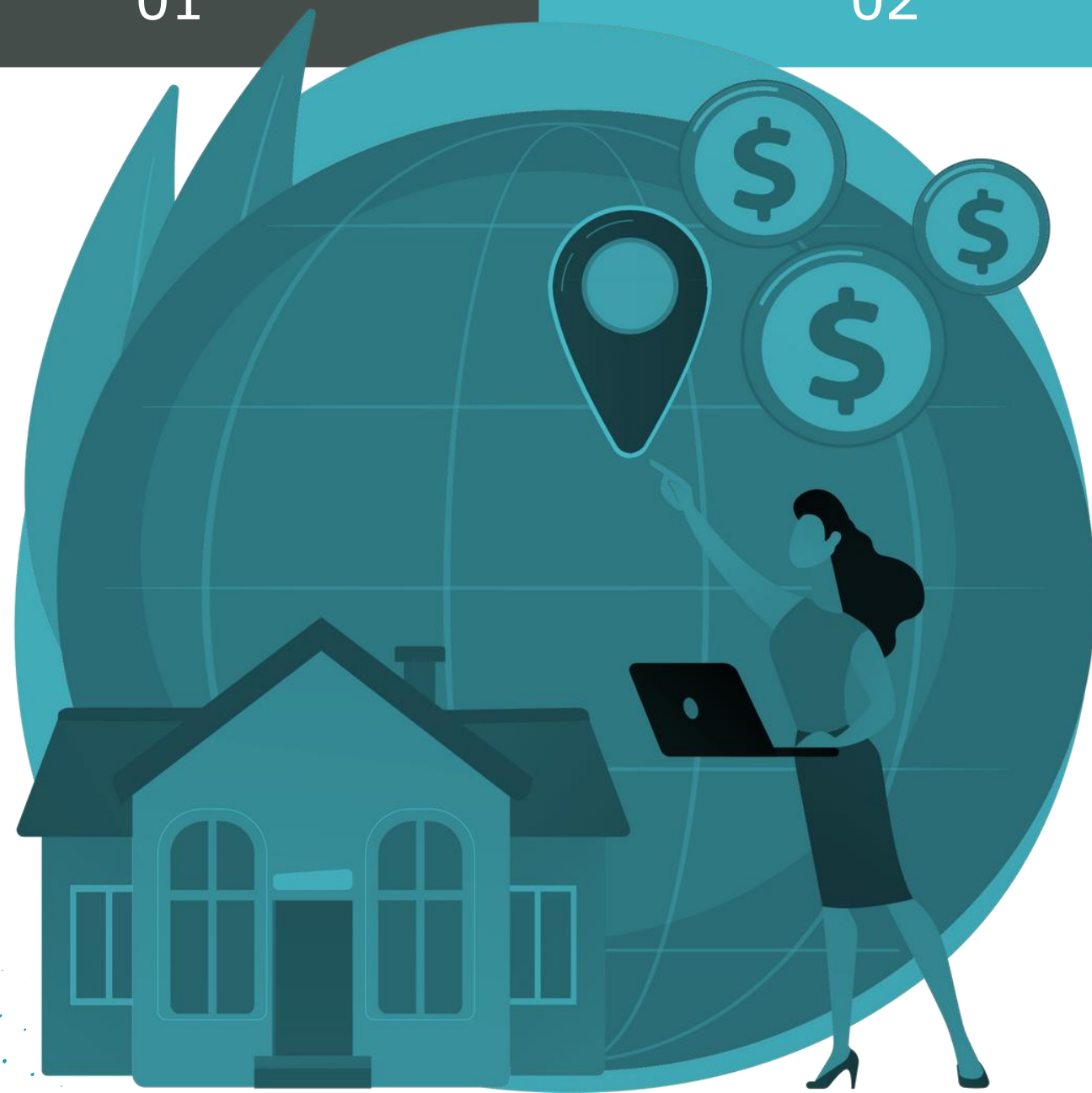
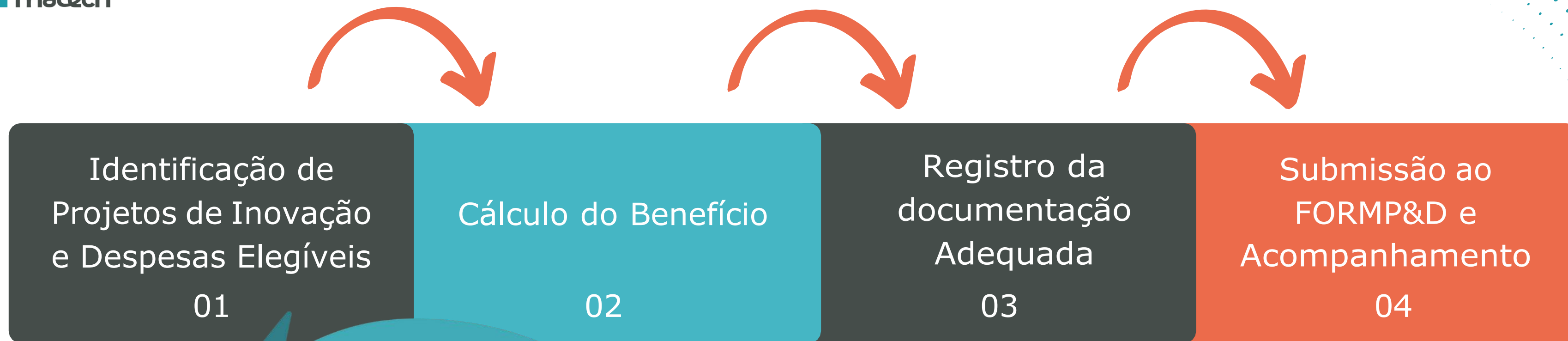
**Capacitação
técnica**



**Recursos
humanos**

DISPÊNDIOS BENEFICIÁVEIS





Processo Passo a Passo: Dedução Fiscal na Prática

Passos para se beneficiar com a Lei do Bem: Uma Abordagem Prática

1. Avaliação de Elegibilidade

Antes de tudo, identificar se sua empresa é elegível (ver slide 5). Conte sempre com a Matech para te ajudar nesse processo, em especial, na identificação dos projetos enquadráveis na Lei do Bem.

2. Mapeamento das Despesas Elegíveis

Identificar e mapear todas as despesas relacionadas às atividades de pesquisa e desenvolvimento. A Matech elabora os relatórios de dispêndios dos projetos para garantir as remissões fiscais seguras para sua empresa.

3. Remissão fiscal ao IR

Entregue ao setor contábil da empresa o dossiê da Matech para que ele faça as devidas deduções fiscais de acordo com o período de declaração da sua empresa.

4. Registro da Documentação

Estabeleça um processo de arquivamento dos documentos comprobatórios adequados cabíveis para cada tipo de dispêndio. A Matech caminha junto aos nossos clientes orientando sobre as documentações necessárias.

5. Preenchimento FORMP&D

Faça o preenchimento do FORMP&D para comprovar as atividades de P&D e os dispêndios associados. Essa é uma etapa em que a Matech compartilha com total execução para nossos clientes!

6. Acompanhamento e Conformidade

Após a submissão, esteja preparado para responder a qualquer solicitação adicional de informações do MCTI ou da Receita Federal. A Matech está sempre à disposição para auxiliar nos recursos e respostas aos possíveis questionamentos

ALGUNS DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PARA ARQUIVO

SALÁRIOS

Contrato de trabalho e Folha de pagamento detalhada com a discriminação dos salários e encargos de cada profissional envolvido em atividades de pesquisa e desenvolvimento

CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Certificado de participação, Contratos, fotos, atas de presença, folhrs e demais documentos que comprovem a realização dos treinamentos

UNIVERSIDADE, ICT, ME OU EPP

Contrato de Prestação de Serviço com a atividade de P&D detalhada. Nota Fiscal com detalhamento das atividades de P&D executadas. Projeto de P&D para execução. Relatórios de desenvolvimento de atividades dos terceiros (universidade, ICT, ME ou EPP).

INSUMOS NACIONAIS

Notas fiscais de compra dos materiais de consumo utilizados nos projetos. Estoque detalhado dos materiais, indicando entrada e saída, evidenciando a correlação da utilização com os projetos de inovação.

VIAGENS

Documentação das viagens realizadas, incluindo passagens, hospedagens e comprovantes de despesas ou diárias disponibilizadas. Relatórios de viagem detalhados, especificando os motivos, os locais visitados e as atividades realizadas relacionadas aos projetos de inovação.

ALGUNS DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PARA ARQUIVO

FUNCIONÁRIOS PESQUISADORES

Planilhas ou sistemas de registro de horas dos pesquisadores, com as atividades detalhadas em cada projeto.
Relatórios trimestrais ou periódicos que consolidem as horas dedicadas pelos pesquisadores em cada projeto específico.

OBRIGAÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS

Documentos que comprovem a regularidade fiscal da empresa com os tributos federais, como Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) durante o período do uso do benefício.

Encargos de Depreciação

Planilha de controle de ativos com a depreciação dos equipamentos utilizados nos projetos de inovação.
Documentação técnica que comprove a relação dos equipamentos com os projetos em desenvolvimento.

REDUÇÃO DE IPI

Notas fiscais de compra do equipamento. Importante que conste nas observações da Nota Fiscal o texto:
“O item em referência se destina à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico sendo incentivado pela redução de 50% de IPI previsto no art. 17, II da Lei 11.196/05.

FORMP&D

Arquivar o PDF gerado de comprovação de envio do FORMP&D ao MCTI

Erros Comuns e Penalidades



1

Documentação Incompleta ou Inadequada

2

Classificação Incorreta de Despesas

3

Não Manter Conformidade Contínua

4

Falta de Transparência nas Atividades de Pesquisa

5

Não responder no prazo ao questionamento do MCTI sobre o FORMP&D





Penalidades Possíveis

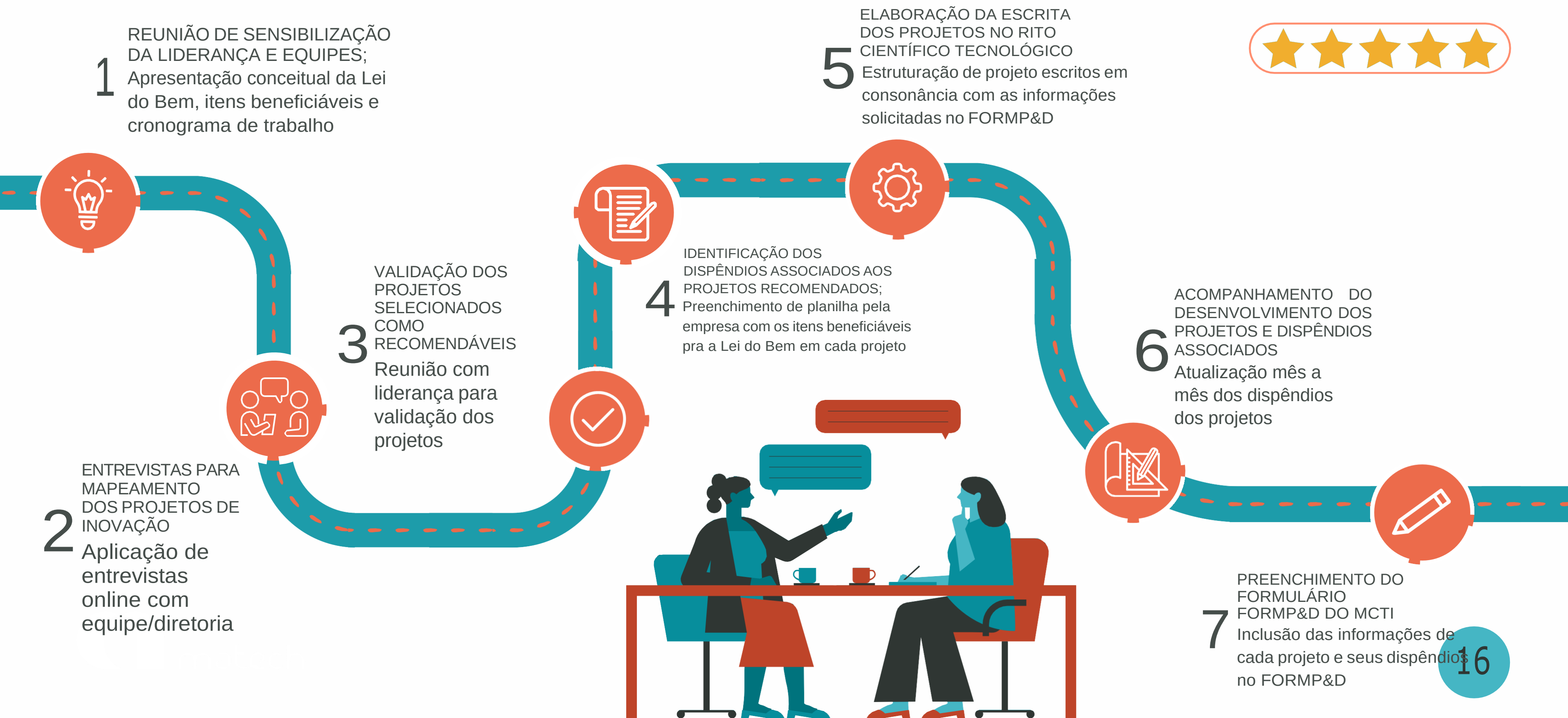
1

Juros e Multas
Financeiras
relacionadas ao
benefício utilizado

2

Perda dos
Benefícios Fiscais
utilizados

JORNADA DO CLIENTE Lei do Bem junto à Matech



JORNADA DO CLIENTE Lei do Bem junto à Matech

RESULTADO DA JORNADA

Inclusão das informações de cada projeto e seus dispêndios no FORMP&D

ENTREGA DO
PDF DO
FORMP&D -
MCTI DA LEI
DO BEM



Entre em contato conosco e potencialize suas iniciativas de inovação!!

Contato:

 matech-solution

 fabiana@matech-solution.com.br

 55 81 995689488



matech